

Contratos de risco serão nacionalizados: Sarney

DIÁRIO DE BRASÍLIA

14-7-76

"As empresas estatais que firmarem contratos de serviço que incluam cláusulas de risco e prêmios de produtividade, admitindo a participação de companhias estrangeiras, darão prioridade àquelas que estejam associadas a uma empresa brasileira". A determinação está contida em projeto apresentado pelo Senador José Sarney (ARENA-MA) e em estudos na Comissão de Economia, em mãos do Senador Roberto Saturnino (MDB-RJ), que pediu vistas.

Manifestando-se favorável a que os contratos de serviços firmados pela PETROBRÁS abram uma participação da empresa privada na prospecção e na exportação de

petróleo, Sarney fixou, em sua proposição, que as associações com as empresas estatais para contratos de serviço não poderão ser inferiores a 25 por cento.

INTERESSE NACIONAL

O Senador maranhense justifica sua idéia afirmando que "é do interesse nacional que esta porta (a participação das empresas privadas brasileiras nos contratos de serviço) não seja aberta somente a firmas estrangeiras que detenham experiência no ramo, "até porque o monopólio estatal não permitiu a formação do País de grupos empresariais no setor".

Segundo José Sarney, o resultado disso é que não será justa a exclusão que

existirá de fato da empresa brasileira. E "para sanar essa lacuna", ele propõe que "seja considerado do interesse do País, a associação com as empresas particulares nacionais na prospecção e exploração do petróleo".

De outra parte, o senador ainda entende que as associações por ele defendidas com prioridade "permitirão que a empresa brasileira adquira know-how, preparando-se para no futuro ocupar esta área tão importante para a vida nacional".

OUTRO ÂNGULO

O Senador Orestes Quércia (MDB-SP), também revelando-se interessado nos chamados contratos de risco, estabeleceu através de outro projeto, que está sendo relato

pelo Senador Sarney, medidas de proteção aos salários dos trabalhadores que virão a ser admitidos nas empresas estrangeiras beneficiárias de contratos de pesquisa de petróleo com cláusula de risco.

Ele quer que essas empresas se orientem pelos padrões da PETROBRÁS, pelo menos no que disser respeito ao pagamento aos trabalhadores e aos reajustamentos salariais; e diz as razões: "o que a prática tem demonstrado é que as empresas multinacionais têm muitos meios para evitar a incidência de leis nacionais, para burlar a ação do poder soberano, em relação a alguma áreas de atividades, como, por exemplo, quanto às matérias tributárias e trabalhistas".